

Intervenção da Ministra da Cultura na Interpeção ao Governo (BE) – Política Cultural, na Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos aqui hoje para falar da política cultural deste Governo, a pedido do Bloco de Esquerda, que quis que um dos seus dois debates por meio de interpelação ao Executivo fosse sobre Cultura – uma opção que, naturalmente, saudamos. Subjacente a esta iniciativa do Bloco de Esquerda está, no entanto, a acusação de ausência de uma visão estratégica para o setor por parte do Ministério da Cultura. Falemos, então, da visão estratégica para o setor, mas também de quem usa a Cultura apenas como um acessório para usar em dias de festa, frente às câmaras, num desejo de produzir manchetes.

Num exercício de memória, regressemos, então, ao Outono de 2020, aquando da votação do Orçamento do Estado para 2021, no qual foi aprovado um conjunto de medidas para a área da Cultura em conjunto com o PCP, o PEV, o PAN e a deputada não inscrita Cristina Rodrigues. Desse diálogo, resultou algo tão significativo como a aprovação de um programa de apoio ao trabalho artístico e cultural que esteve na origem do Programa Garantir Cultura, no valor de 53 milhões de euros. É o resultado de quando se trabalha de forma construtiva.

Do outro lado do espelho esteve o Bloco de Esquerda, como é hábito, parado a olhar para si próprio. O Bloco de Esquerda decidiu, estando para isso no seu direito, não aprovar o Orçamento para este ano. Mas é preciso recordar aos portugueses – muito em especial a todos aqueles que fazem parte do setor cultural e para memória futura – que, em momento algum do diálogo que o Bloco manteve com o Governo em 2020, no quadro da negociação do Orçamento do Estado, a Cultura foi tema trazido à mesa de negociação por parte do Bloco.

Procurámos e não encontramos uma única vez a palavra “cultura” nas propostas que o Bloco entregou ao Governo no decurso das negociações para o Orçamento do Estado de 2021.

Este desinteresse do Bloco de Esquerda pela Cultura não aconteceu num ano qualquer. Aconteceu durante o pior momento das nossas vidas, um período marcado por salas fechadas, cinemas encerrados, espetáculos cancelados, dias de chumbo em que centenas de profissionais tiveram de lutar como nunca. E onde estava o Bloco nessa altura, pergunto? Ao lado do setor da Cultura não estava certamente. E ainda assim ousa o Bloco de Esquerda, agora, vir falar de estratégia para a Cultura. Isso não é estratégia, senhoras e senhores deputados, é estratagem. A Cultura e os seus profissionais merecem mais do que isso.

O discurso do Bloco de Esquerda para a Cultura é, aliás, um manual de incongruência política. Diz o partido que o setor está mergulhado numa “selva laboral” e que o Governo “não aprendeu as lições da pandemia”. Pergunto: onde terá andado o Bloco durante o último ano? Será que desconhecem que foi aprovado o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, uma reivindicação muito antiga do setor, à qual nunca se tinha conseguido responder? Será que esquecem que, pela primeira vez, temos um documento completo, que combaterá a precariedade, que trará maior proteção social aos profissionais da Cultura? Ignoram que o Estatuto se encontra em fase de consulta pública e que todos podem – incluindo o Bloco – apresentar os seus contributos? Sim, o Bloco de Esquerda, tal como muita da oposição no que à Cultura respeita, prefere desconhecer, ignorar e esquecer tudo o que não é retórica e espuma dos dias. Essa é a verdadeira selva e a dura lição que retiramos.

A visão estratégica deste Governo para o setor da Cultura tem sido apenas uma desde o primeiro dia: colocar a Cultura no centro de uma verdadeira política de Estado. Como? Atribuindo à Cultura o seu papel central enquanto motor de atividade económica e de coesão social e territorial. Assegurando a fruição de uma Cultura de elevada qualidade a todos cidadãos. Promovendo a estabilidade do setor e confiança dos seus profissionais. Investindo na Cultura como garante da Democracia.

Em março de 2020, quando a pandemia chegou a Portugal, ficou para nós claro que o Ministério da Cultura teria de passar a trabalhar, simultaneamente, em dois cenários distintos: o primeiro, dominado pela emergência e na resposta à crise motivada pela pandemia; o segundo, dedicado à prossecução da política cultural consagrada no programa de Governo.

Para fazer frente à pandemia, entre 2020 e 2021, o Ministério da Cultura aprovou medidas cujo impacto financeiro global superou os 160 milhões de euros, aos quais acrescem 75 milhões de euros que chegaram ao setor da Cultura através dos apoios transversais ao emprego e às empresas.

Também de referir que o Orçamento do Estado para 2021 – o tal Orçamento em que o Bloco de Esquerda se esqueceu da Cultura – aumentou 46 por cento, sem contar com o programa Garantir Cultura. Aliás, entre 2018 e 2021, o orçamento global do Ministério da Cultura cresceu 100 milhões de euros, excluindo o setor da Comunicação Social. No mesmo período, o investimento em património cultural cresceu de 11 para 35 milhões de euros. Por fim, o Plano de Recuperação e Resiliência dedica 243 milhões de euros à Cultura.

Servem estes números para confirmar algo que sempre soubemos: uma verdadeira política de Estado para a Cultura faz-se de ideias, mas também de investimento. Investir financeiramente na Cultura é a consagração do nosso compromisso e da nossa visão para o setor.

Mesmo no contexto da pandemia, nunca deixámos de executar e pôr em prática as medidas com que nos comprometemos no programa do Governo, ao mesmo tempo que atuámos com medidas específicas de apoio ao setor para dar resposta à crise de saúde pública. Só assim foi possível realizar um Conselho de Ministros dedicado à Cultura, que teve lugar no Palácio Nacional de Mafra a 22 de abril.

Nesse dia, aprovámos o diploma que fixa os 46 Museus e Monumentos Nacionais e os 3 Teatros Nacionais cuja requalificação e conservação constam da componente da Cultura no Plano de Recuperação e Resiliência. Este investimento estratégico e estruturado em património cultural – no valor de 150 milhões de euros – é essencial para preservar o seu valor cultural, histórico, artístico e arquitetónico, melhorar a sua eficiência energética, dinamizar a atividade económica e turística, colocando o património cultural no lugar central do desenvolvimento social, económico e territorial.

22 de abril foi também histórico porque nesse dia aprovámos o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura. É resultado de um trabalho do Governo, mas também de todas as associações representativas do setor. Deixem-me agradecer-lhes publicamente. Trabalharam ao nosso lado, incansavelmente durante meses, a bem dos profissionais da área da Cultura.

O Estatuto é algo que era desejado por muitas pessoas há muitos anos. Este Estatuto não representa uma mera revisão do regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos, aprovado em 2008. Não se trata de apresentar com novas vestes o que já existia. Trata-se, sim, de um enquadramento jurídico global para o trabalho no setor da Cultura, aplicável a todos os profissionais das artes do espetáculo, do audiovisual, das artes visuais e da criação literária, que exerçam uma atividade autoral, artística, técnico-artística ou de mediação cultural. É um Estatuto verdadeiramente universal, que se configura como um ponto de partida para uma cultura menos precária, mais protegida e mais estável.

Outra das marcas da política cultural que temos prosseguido assenta na visão para o território. Fomentar uma maior coesão territorial através de uma lógica descentralizadora e de maior proximidade do Estado com o poder local e com os agentes culturais disseminados pelo continente e pelas regiões autónomas tem sido uma política deste Governo. Esta questão tem estado, desde cedo, no centro das nossas preocupações, por considerarmos que a gradual correção de assimetrias regionais constitui um imperativo de justiça e igualdade.

Daí que já estejam em marcha vários instrumentos legislativos estruturantes que vão contribuir, *per se* e em articulação com outras medidas, para uma maior coesão do espaço nacional no que concerne à dinamização da oferta e procura culturais, à circulação de obras artísticas, à qualificação e valorização dos recursos humanos adstritos aos equipamentos culturais, ao aprofundamento de circuitos e práticas colaborativas em rede, ao envolvimento do tecido artístico local, entre outros benefícios. Abrangência, inclusão e coesão territoriais são ideias-chave desta visão estratégica para a cultura.

Falamos, no fundo, dos princípios basilares que estão subjacentes à implementação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses a arrancar já este mês, cujo programa de apoio à programação dos equipamentos culturais municipais constitui algo inédito na história do financiamento público das artes performativas em Portugal, mas também da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, que permitirá, de forma desconcentrada, uma maior circulação de obras e uma fruição mais abrangente das linguagens artísticas contemporâneas no domínio das artes visuais, área que carece claramente de maior disseminação territorial e acesso por parte das populações.

Nesta lógica inscrevem-se também o alargamento do Plano Nacional de Cinema e do Plano Nacional das Artes a um maior número de escolas e alunos do país, bem como a criação do programa PADES num diálogo estreito entre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e as comunidades intermunicipais.

O ambicioso programa de investimento para o património cultural, bem como a capacitação tecnológica das redes culturais (incluindo aqui teatros, bibliotecas, arquivos, centros de arte contemporânea) visando a transição digital, ambos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, a par da apresentação, ainda este mês, do Plano Estratégico dos Museus (2021-2031) e do arranque do Programa “Ciência no Património Cultural” (com a criação de bolsas e contratos para doutorados), constituem igualmente medidas de fundo que estão em curso e que irão contribuir para a atenuação, em vários planos, do quadro geral de assimetrias territoriais.

A revisão do modelo de apoio às artes, com aplicação já no programa de apoio a projetos a lançar pela DGARTES em julho deste ano, coloca também agora um enfoque muito incisivo na questão dos critérios regionais para efeitos de acesso ao financiamento público do tecido artístico, no sentido de garantir assim uma distribuição mais equilibrada e geograficamente equitativa dos recursos existentes.

É de sublinhar ainda que estes diversos instrumentos de intervenção estatal na área da cultura apresentam ligações operativas e complementaridades entre si – aspeto igualmente pouco abordado quando se realizam estes debates –, havendo, assim, uma preocupação clara com a coerência do conjunto e com a sua lógica sistémica, algo fundamental numa política pública para a cultura e as artes.

A tríade composta pela ‘Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, Revisão do Modelo de Apoio às Artes e definição do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura’ é um exemplo claro disso mesmo se fizermos uma leitura atenta dos respetivos diplomas e do alcance setorial e global das suas disposições.

Para terminar, quero salientar um aspeto igualmente pouco falado quando se foca o tema das políticas culturais: o tempo. Nenhuma política pública para a cultura pode ser construída, testada e implementada eficazmente se não houver tempo para a sua consolidação. Um dos problemas crónicos da Cultura em Portugal tem sido a natureza não poucas vezes laboratorial no plano das medidas para o setor e o cariz volátil e efémero de várias delas, sem sequer duração suficiente para que se perceba o seu efeito.

Existe uma dívida que o Portugal democrático tem pendente para com os portugueses. Saldar essa dívida através de um trabalho empenhado, estrutural, estratégico e a longo-prazo é o que nos move, é aquilo de que não desistimos, é o desafio que renovamos a este Parlamento, num trabalho que deve ser – tem de ser – de todos, a bem de uma verdadeira política de Estado para a Cultura.

Muito obrigada.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

Graça Fonseca

2 de junho